

As Favoritas do Rei: as relações amorosas entre a nobreza e a realeza portuguesa na Idade Média

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva (UFRRJ)

Resumo: Este artigo se dedica a investigar as relações amorosas dos reis da dinastia de Borgonha, a primeira a reinar em Portugal. Os reis estiveram divididos entre a necessidade de se submeter aos deveres e obrigações próprias do cargo e as afinidades do coração. Alguns optaram cumprir seus deveres enquanto outros aproveitaram o próprio poder para escolher a amante (ou as amantes) cuja presença poderia tornar bastante problemática as relações com a Corte e a Rainha, sua esposa legítima. A escolha de uma esposa real era um assunto que envolvia uma série de condições pré-estabelecidas para serem cumpridas. A noiva deveria trazer paz, territórios, riqueza e fertilidade, para garantir a descendência. Durante os três séculos em que os descendentes de Afonso Henriques reinaram em Portugal a figura da amante real era sempre presente, nos bastidores ou no centro das decisões e do poder. Esta amante geralmente vinha das famílias da nobreza. Eram filhas, sobrinhas e mesmo esposas dos ricos-homens que frequentavam a corte e orbitavam ao redor do rei. A escolha de uma destas mulheres como amante real levava ao aumento do status de sua família, e a um reposicionamento desta nas relações aristocráticas, além de um enobrecimento de sua linhagem, inclusive através da geração de filhos reais. São estas relações que nos interessa analisar neste artigo.

Palavras-chave: Relações amorosas, nobreza; realeza, Portugal medieval.

The King's favorites: love relationships between nobility and royalty in Medieval Portugal

Abstract: This article is dedicated to investigate the love affairs of the Portuguese kings of the first dynasty, the Burgundies. Between the need to submit to the duties and obligations of the own position and affinities of the heart, the kings were divided between those who fulfilled their duties and those who took advantage of the power to choose their own lovers, discreetly or shape which the Court and the queen. The choice of a royal wife was an issue that involved a series of pre-established conditions to be met. The bride should bring peace, territory, wealth and fertility, to ensure the offspring. During the three centuries that the descendants of Afonso Henriques reigned in Portugal the figure of the royal mistress was always present, backstage or in the center of decisions and power. This lover usually came from noble families, were daughters, nieces and even wives of rich men who frequented the court and orbited around the king. The choice of these women led to increased status of his family, and a repositioning of this in aristocratic relations, as well as an ennoblement of his lineage, including through the generation of real children. It is these relationships that we will examine.

Keywords: Love relationships, nobility, royalty, Medieval Portugal.

Dos Afetos na Corte

Este trabalho se dedica a analisar os relacionamentos amorosos dos reis de Portugal no período medieval. Os reis da chamada dinastia de Borgonha, descendentes de D. Afonso Henriques, o fundador (1128-1185). Sabemos que reis e rainhas não possuíam uma vida privada a disposição de seus afetos e inclinações amorosas, pois suas pessoas eram consideradas necessárias para as políticas de alianças entre as famílias reais européias. Casamentos reais consolidavam territórios e faziam a paz entre reinos em conflito, garantiam ricos dotes e eram fundamentais à perpetuação das linhagens, por conta do nascimento de filhos, possíveis herdeiros da dinastia. É fato que por conta do aspecto de obrigação nestes enlaces, o amor era um elemento constantemente ausente destas vivências, ainda que houvesse todo um discurso defendendo o amor conjugal, uma suave e serena *dilectio*. Este sentimento corresponderia a um afeto confortável, sem os riscos das paixões que segundo os clérigos medievais, poderia fazer até mesmo os maridos se tornarem adúlteros aos olhos de Deus se amassem suas esposas com demasiado entusiasmo carnal (*cupiditas*).

A condessa Marie de Champagne (1145 – 1198) afirmou a impossibilidade do amor entre casados. Filha de Leonor da Aquitânia com seu primeiro marido, o rei Luís VII de França, Marie teve uma corte ilustre na qual abrigou autores como André Capelão e Chrétien de Troyes. A sociedade medieval não era, porém, alheia ao sentimento amoroso, e a própria Marie se ocupou de escrever as regras de como deveriam ser os relacionamentos amorosos. Pois se não era comum o amor entre cônjuges, é inegável que este existia fartamente fora do leito conjugal.

Para Georges Duby “*A função benéfica do amor cortês e da prostituição é justamente puxar o excesso de calor, de fervor, para fora da célula conjugal a fim de a manter no estado de moderação que lhe fica bem.*” (DUBY, 1988: 154). A conclusão de Duby é de que se os clérigos em seus discursos exigiam que o casamento fosse casto, *sine ardore*, as pessoas acabaram encontrando outra forma de exprimir seus sentimentos e desejos, fosse através da busca por prostitutas para satisfação sexual ou através da sublimação nos jogos cortesãos.

O discurso oficial, dos clérigos, vinha, desde Santo Agostinho, repetindo que o amor, em sua maior expressão, era o amor a Deus. O amor em sua esfera espiritual, pois o

amor carnal era composto de *cupiditas*, luxúria. O amor entre homem e mulher devia seguir normas, pois os clérigos dividiram a sociedade em graus de perfeição, na qual os virgens e os viúvos valiam mais dos que se encontravam casados, que estavam mais afastados da perfeição por causa da vivência da sexualidade que só era legítima na esfera da reprodução.

A partir do século XII, em seu período de reformas, a Igreja tomou medidas para trazer o casamento para sua órbita de influência. Assim, o que até então fora um assunto familiar, quando alianças eram feitas e desfeitas ao gosto dos chefes de linhagem, mulheres eram repudiadas, devolvidas às suas famílias ou trancadas em conventos de acordo com os ventos da política linhagística.

Desta forma, com as mudanças implementadas, foram proibidos os casamentos secretos, observados os graus de parentesco, excluídos os bastardos da herança familiar.

Relativamente ao casamento, ninguém usa a palavra amor, tal como a entendemos.

Espera-se entre os cônjuges, afeto, *dilectio*. Espera-se o pagamento do *débito conjugal*. Mas sem ardor. Sem paixão. Para fins de alianças e continuidade das linhagens.

Amor? Este é outro assunto...

O amor surge como tema, como moda, por assim dizer, na sociedade medieval, nas cortes trovadorescas da Provence, do Languedoc, no sul da França, e se espalha pelas cortes e salões europeus onde ganha o nome pelo qual o conhecemos: amor cortês, o amor cortesão.

Este era um tipo de amor com regras. O cavaleiro se punha a serviço da dama, da mesma forma como se punha a serviço do senhor feudal. Jurava obedecer-lhe em tudo. Cantava-lhe a beleza. Desejava-lhe os favores. Mas estas “relações” por vezes tinham o viés da não satisfação dos desejos. Da sublimação. Mesmo porque o jovem que dedicava seu amor costumava ser um dos muitos excluídos da herança familiar pelas regras de primogenitura que se impunham, enquanto a dama possuía o alto status de ser a esposa ou filha do senhor.

Os amores cantados eram bem carnais. Adúlteros. E traziam em si a traição não apenas ao marido, mas também ao senhor. Assim, Lancelote e Guinevere traíram Arthur e Tristão e Isolda traíram o rei Marcus.

Entre o discurso dos padres e o discurso cortês temos forças poderosas e opostas lutando pela influência das consciências e modos de viver da nobreza européia a partir do século XII.

Em Portugal, o amor cortês chegou sob a influência de D. Afonso III, no reinado deste irmão de D. Sancho II. D. Afonso foi criado na corte francesa presidida por Branca de Castela, sua tia, irmã de sua mãe, Urraca. Ambas as rainhas eram netas daquela que foi a senhora das cortes de amor do século XII, Leonor de Aquitânia. No entanto, Urraca, a rainha portuguesa é lembrada sempre por sua piedade, o que nos sugere que não levou a Portugal o ambiente de corte onde foi criada e a influência da mãe (Leonor Plantageneta, rainha de Castela) e da avó.

Em Portugal, D. Afonso, que era casado com a rica condessa Matilde de Bolonha, optou por não trazer a esposa, e contraiu um novo casamento com uma filha ilegítima de D. Afonso X, o Sábio, de Castela.

Na corte de D. Afonso III e da jovem rainha D. Beatriz de Gusmão, os trovadores começaram a se destacar em Portugal, e os próprios senhores da nobreza começaram a fazer suas cantigas de amor ou de amigo. Muitas nos chegaram através de compilações, como o “Cancioneiro da Ajuda” que reúne as obras sobreviventes. O poeta dedicava a sua “senhor”, serviço e segredo, e enquanto cantava a beleza da dama e a esperança em lhe conseguir os favores, não revelava seu nome (SARAIVA. 1988: 22). O rei D. Dinis, forte legislador, atuante nas questões referentes à centralização do poder real em sua luta com a nobreza, foi também um poeta, que cantava os favores recebidos da “senhor” que lhe fizera todo o “bem”, sem faltar nada.

Antonio José Saraiva afirma que o nome de “senhor”, era aplicado a “concubinas, a mulheres de vida livre e até a meretrizes” (SARAIVA, 1988: 23) O que nos permite inferir que a galanteria do amor cortês passa a ser utilizada em qualquer intercâmbio cujo desejo sexual do poeta é favoravelmente satisfeito, tendo por inspiração mulheres de todas as extrações sociais.

A regra das cantigas de amor, porém, é o segredo. Por mais que se cantasse o “bem” que a “senhor” fez ao poeta, o mais comum é que a dama fosse um objeto quase inacessível.

D. Dinis definiu a questão declarando que o “amador” não deveria querer possuir o “bem” da amada, se esta posse representasse prejuízo para ela, pois quem ama verdadeiramente não deseja o mal do amado

A regra do segredo, tal como a da sublimação, permite-nos imaginar uma atmosfera inquietante, onde amores clandestinos são pressentidos, mas não confirmados. Real ou sublimado, as cantigas de amor são registro de uma sociedade que, ao menos em seu discurso, está muito interessado em sedução.

A figura de D. Dinis como poeta nos traz, no entanto, uma curiosa inversão. Se o amor cortês nasceu da expressão de afeto de jovens (*juvenes*) sem a perspectiva de casamento, que dedicavam afeto a uma dama de posição social superior à sua, geralmente a mulher de seu senhor tornando esta relação adúltera ou irrealizável, o que fazer quando era o rei quem desejava?

Em uma das cantigas, uma moça conta à mãe que o rei a deseja, e pergunta o que fazer (NUNES *Apud* SARAIVA, 1988: 23):

- Cabelos, los meus cabelos,

El-rei me enviou por ellos

Madre que lhis farei?

- Filha dade-os a El-rei.

O conselho da mãe é assim muito claro. Como dizer não ao rei?

A resposta da mãe a filha na cantiga acima é bastante significativa. Se o rei desejasse os cabelos ou qualquer outra parte da moça: “*dade-os a El-rei*”.

Do que pudemos analisar, existiu em Portugal Medieval um hiato entre o discurso e a prática, sobre os usos da sexualidade e da normatização do matrimônio dentro dos

parâmetros impostos pela Igreja Católica. Podemos afirmar, entretanto, que o casamento abençoado pelo clero era apenas mais uma das possibilidades de vida em comum. A coabitação conjunta já era considerada o suficiente para se reconhecer o novo casal no grupo social, da mesma forma que uma declaração diante de testemunhas e o rapto eram passíveis de aceitação.

O rapto antes do estabelecimento do vínculo conjugal também era relativamente comum, e trazia em si muitos problemas. Era um costume germânico cuja longevidade pode ser comprovada na legislação que ainda se ocupava em coibir os casos de rapto até o século XIV, o que mostra a permanência e longevidade do costume, e arriscava a retirar dos chefes de família o direito de escolher as consortes adequadas à perpetuação de sua linhagem e patrimônio.

Pelo interesse nesta perpetuação, na distinção e na legitimidade indubitável de sua casa, a nobreza foi a primeira a adotar os ritos da Igreja com a intenção de sacralizar o casamento. Este grupo social vivia da credibilidade de sua ascendência, e todos lutavam para mantê-la sem máculas.

Encontramos, porém, nas fontes medievais, principalmente em livros de linhagem, a situação na qual uma irmã ou filha é entregue ao prazer do senhor ou do nobre hóspede, tal como ocorre com Almançor, o senhor muçulmano, que entrega sua irmã para consolar o herói no “*Cantar dos Infantes de Lara*”, deste relacionamento nasce um filho, Mudarra, que vinga o desgosto do pai e a morte dos irmãos. Um improvável herói bastardo.

Da mesma forma, entregar uma filha ou irmã ao rei era interessante para as possibilidades de ascensão social e prestígio. Conforme veremos, a maior parte das senhoras que foram identificadas como amantes reais, eram filhas da nobreza, e em sua maioria parentes dos homens de confiança do rei, os que detinham cargos e orbitavam em torno do monarca, o que nos leva a duas possibilidades que provavelmente se interpenetravam:

1 – O interesse amoroso surgia como a oportunidade para encontros sexuais e a proximidade física;

2 – Os senhores tinham interesse na escolha de suas filhas/irmãs/esposas como amantes do monarca, visando ganhos, por isso não se opunham a estes relacionamentos ilegítimos.

Dos reis portugueses não se conhecem amantes apenas de D. Sancho II e D. Afonso IV, os mesmos dos quais não se conhecem filhos bastardos. Todos os outros possuíram “mancebas”, antes, durante ou após o casamento e o estabelecimento de vínculos conjugais.

Obviamente, o papel da amante era agradar ao rei, e quaisquer ganhos para si e sua família passavam pela questão da habilidade com que ela desempenhasse estas funções. A rainha, salvo raras exceções, tinha um lugar perpétuo, sacralizado, perdendo seu status apenas em casos de morte ou traição. Do momento em que desse à luz um herdeiro viável, de preferência do sexo masculino, a rainha estava com seu lugar assegurado. Por sua vez “*prostitutas, barregãs e favoritas viviam em um sobressalto constante*” (LOURENÇO, PEREIRA & TRONI, 2008: 10), pois poderiam ser afastadas e substituídas segundo desejo (ou a ausência deste) do monarca. A escolha destas mulheres está ligada a critérios de prazer e afetos, muito embora esta escolha não chegue a ser apolítica, pois os grupos cortesãos que orbitavam em torno do rei, acompanhavam avidamente os resultados destes encontros amorosos.

O poder da favorita durava o tempo em que durava o encanto do monarca. Poderia ter um efeito mais duradouro dependendo dos vínculos familiares da moça, de sua personalidade, o grau de ascendência que possuía sobre o rei, seus embates com a rainha e se existiriam ou não filhos desta relação. Para as mulheres, em geral, o leito do monarca era um atalho certo para o poder.

As donas do favor real na dinastia de Borgonha

De D. Afonso Henriques, temos conhecimento de duas senhoras com as quais o rei se relacionou. As circunstâncias não são claras. Os acontecimentos não são óbvios. Se

das rainhas, filhas de casas reais, por vezes pouco se vislumbra, em relação às amantes, então, nos vemos em completa penumbra.

A mais conhecida senhora com quem se relacionou D. Afonso Henriques, tinha o sugestivo nome de Châmoa Gomes. Sabe-se que ela era filha de Gomes Nunes Pombeiro, e seus familiares eram ligados à família real. Foi casada com Pais Soares da Maia, de família também poderosa e teve dele três filhos, dos quais o mais velho, Pedro Pais, serviu ao rei como alferes mor por longos 20 anos (1147 – 1169). Teria o relacionamento do rei com sua mãe facilitado a ascensão do jovem Pedro Pais?

Châmoa não foi uma mulher que se encaixasse nos discursos sobre o desejável comportamento feminino. Com a morte do marido se recolheu no Mosteiro do Vairão, mas tomou como amante o nobre D. Mem Rodrigues de Tougue, de quem tem um filho. Tendo estes fatos em vista, fica claro que D. Afonso escolhe por amante uma experimentada viúva, mãe de quatro filhos.

Com D. Afonso Henriques, D. Châmoa tem um quinto filho, D. Fernando Afonso, nascido por volta de 1140. Alguns autores sustentam que o rei chegou a casar com ela, o que nunca foi comprovado.

A outra amante conhecida de D. Afonso Henriques foi uma senhora de nome Elvira Gualter. Sobre ela especula-se que tenha sido mãe de D. Tereza e D. Urraca Afonso, cujos nomes se misturam e se confundem com os nomes das irmãs de D. Afonso Henriques e das filhas legítimas que o monarca teve com D. Mafalda, o que causa dúvida e confusão sobre a real identidade destas filhas.

O herdeiro e sucessor de D. Afonso Henriques, D. Sancho I, foi o prolífico pai de dezenove filhos, onze dos quais com a esposa legítima, D. Dulce, e é suposto que as amantes que o rei teve assumiram a posição de favoritas após a morte da rainha, entre os anos de 1198 e 1211.

A principal amante de D. Sancho I foi D. Maria Pais Ribeira, a Ribeirinha, de afamada beleza, com quem o rei teve seis filhos ilegítimos, o que supõe que tivessem uma duradoura relação de afeto (LOURENÇO, PEREIRA & TRONI, 2008: 31). D. Maria Pais era filha de Pais Moniz de Ribeira e Cabreira, que foi alferes mor de D. Sancho I a partir de 1199. Mais uma vez, observamos a proximidade entre o rei e a filha de um dos seus

privados. Através dos filhos de D. Maria, a linhagem de D. Paio ficou mais próxima da casa real.

D. Sancho I teve ainda outra amante conhecida, D. Maria Aires de Fornelos, que era nora do alferes-mor do rei, D. Vasco Fernandes. Teve dois filhos com o rei. Estes, seguindo o costume da época, foram entregues para serem criados por D. Marinha Viegas, da prestigiosa família de Ribadouro. D. Maria Pais foi casada com D. João Fernandes de Lima com quem teve três filhos e existem especulações quanto a ter sido amante do rei enquanto era casada. Estas especulações sempre surgem quando faltam dados e datas que tornem a aferição segura. O fato é que, considerando que o casamento foi, provavelmente, posterior à morte do rei, aparentemente era muito prestigioso casar com a ex-amante do rei. Tanto que, uma das histórias que cercam a memória da Ribeirinha tem relação com um rapto, que teria sofrido por parte de Gomes Lourenço de Alvarenga. O nobre a levou para Leão, para longe da influência de sua família, mas D. Afonso II pediu contas ao rei Leão, D. Fernando II, pela amante de seu pai. E D. Maria Pais acabou devolvida ao reino português.

As amantes do rei e seus filhos foram contemplados no testamento de D. Sancho I, juntamente com seus filhos legítimos.

Já D. Afonso II não fez o mesmo por seus filhos ilegítimos. Considerando o histórico deste rei, que em seu curto governo, viu sua autoridade ser desafiada não apenas por suas irmãs legítimas como também pelo bastardo Martim Sanches, é provável que D. Afonso II tenha evitado mencionar seus bastardos para não lhes açular pretensões à Coroa.

Conhece-se de D. Afonso II, o nome de duas senhoras com as quais se relacionou. Primeiro D. Mor Martins de Riba de Vizela, oriunda de importante família da nobreza. Esta senhora foi casada com Pôncio Afonso de Baião e após a morte de seu marido, recolheu-se ao Mosteiro do Arouca do qual foi abadessa. Outra amante real teria sido Tereza Martins cuja única referência é o nome e a identificação como barregã do monarca.

De seus filhos ilegítimos, João Afonso e Pedro Afonso, não se sabe quem foram as mães. Em seu testamento, D. Afonso II deixou explícito que seu herdeiro era o primogênito D. Sancho e que, em caso da morte deste, o trono passaria a seus restantes filhos legítimos. O rei buscou, assim, assegurar a coroa de seu herdeiro sem imaginar que,

nesta geração, o risco estava no seio da família legítima, e que o caçula D. Afonso estava pronto a tomar o lugar de seu irmão.

O Infante D. Afonso filho mais novo de D. Afonso II, percebendo que não havia para si um lugar que desejasse na estrutura de poder do reino português, salvo o que estava ocupado por seu irmão, o rei D. Sancho II, partiu para o reino de França onde a sua tia materna, Branca de Castela, era rainha-mãe e muitas possibilidades existiam para um príncipe ambicioso e empreendedor.

A tia, preocupada com o futuro do sobrinho, conseguiu-lhe um casamento vantajoso e desejável com a condessa Matilde de Bolonha. Esta viúva de Filipe Hurepel, filho mais novo de Filipe Augusto, e vinte anos mais velha que o noivo, com fama de ter mau gênio, era uma aliança interessante ao jovem príncipe que não era herdeiro, considerando que era o partido mais rico entre as possíveis candidatas a esposa do infante.

Mas se esta aliança era boa para um príncipe sem herança, já não agradava ao candidato a rei de Portugal que no processo de guerra civil e deposição de D. Sancho II, na década de 1240, deixou D. Matilde para trás, na França, e assim que tomou a coroa, tomou também para si uma nova esposa-menina e uma aliança ibérica com o rei castelhano.

A despeito das queixas da condessa que se viu privada de ser rainha, D. Afonso III aguardou pacientemente sua pequena esposa, D. Beatriz de Gusmão, se tornar núbil. Mas não o fez solitário, visto que, deste rei, se tem notícia de pelo menos nove amantes. Certamente que o ambiente cortesão adotado dos costumes franceses deve ter influenciado o contato com as damas durante os longos serões trovadorescos.

Das amantes de D. Afonso III, a maioria é de senhoras da nobreza próximas ao monarca: D. Aldonça Anes da Maia, D. Teresa Mendes de Sousa que foi abadessa no Lorvão, D. Urraca Abril de Lumiares que era viúva de D. João Martins Chora de Riba de Vizela, D. Teresa Fernandes de Seabra e D. Sancha Fernandes Delgadilha são lembradas como amantes do Rei. D. Afonso III teve outras amantes com as quais teve filhos. Uma filha com Elvira Esteves, mulher do povo, chamada Leonor Afonso, um filho com D. Marinha Peres de Enxara, chamado D. Afonso Dinis, e de uma moura de que não se sabe o nome teve dois filhos e uma filha.

D. Afonso III deixou 1000 libras de renda aos filhos ilegítimos e casou suas filhas com magnatas, reproduzindo a lógica de estreitar vínculos com a aristocracia através dos casamentos com os bastardos reais.

O inquieto D. Afonso III só se deteve em seus enlevos a partir de 1269, quando a doença o debilitou progressivamente. E como “galante namorador” da primeira dinastia só foi superado por seu filho e herdeiro D. Dinis que entre as amantes que se conhecem e as anônimas criou fama de ser grande apreciador das mulheres. Esta fama se perpetuou por conta de seus próprios escritos, as *Cantigas de Amigo* que dedica a “seu senhor”.

Se houve um rei capaz de desejar os cabelos da moça que pediu conselho à mãe, este certamente foi D. Dinis.

D. Dinis subiu ao trono aos dezoitos anos, em 1279, e dois anos depois estava casado com a princesa de Aragão, D. Isabel, jovem, bela, culta e avessa às obrigações carnavais do matrimônio. Assim temos o encontro de um rei enérgico e cheio de apetites com uma rainha espiritual. D. Dinis teve “conversações” com D. Branca Lourenço de Valadares; D. Maria Rodrigues de Chacim, neta do seu mordomo mor de (D. Nuno Martins); D. Aldonça Rodrigues de Telha que foi mãe de Afonso Sanches, o bastardo que o Infante D. Afonso odiou; D. Gracia Anes, a mãe de D. Pedro, conde de Barcellos; D. Maria Pires, mãe de D. João Afonso que foi morto a mando do infante D. Afonso; D. Marinha Gomes, nobre lisboeta, que teve uma filha chamada Maria Afonso I.

Além dessas senhoras, a lenda que se formou em torno dos amores de D. Dinis dá conta de que ele se envolveu com inúmeras mulheres de todas as raças (leia-se mouras) e classes sociais sem distinção. São famosas as histórias dos encontros no mosteiro de Odivelas, e as narrativas do rei encantado por bonitas camponesas.

A rainha, segundo a tradição, descobria esses passeios do marido e, por vezes, interferia, como quando foi com seus servidores iluminar o caminho para Odivelas, história que teria dado nome ao lugar. Se por ciúmes ou preocupação com a alma imortal e a salvação de seu real esposo, não se sabe por quais razões agiu a rainha. Mas que ela eventualmente se imiscuía nas aventuras do marido, não há dúvidas, e se encarregou da criação dos frutos destas aventuras em sua casa.

D. Dinis não se apegou a nenhuma de suas favoritas, tanto que nenhuma foi mãe de vários filhos do monarca. A senhora Aldonça Rodrigues de Telha, mãe de Afonso Sanches, meteu-se a cometer abusos, certa de sua importância, o que o rei não admitiu. O acesso ao leito de D. Dinis, se isto chegou a interessar como estratégia linhagística das famílias principais, era fácil. A permanência no leito de D. Dinis mostrou-se impossível. Nenhuma senhora o cativou a ponto de se tornar uma favorita proeminente, influente.

Apesar de tantas aventuras e aventureiras, a corte no tempo de D. Dinis pertencia à rainha D. Isabel.

Curiosamente, D. Dinis e sua rainha tiveram apenas dois filhos legítimos, a Infanta D. Constança e o herdeiro, o Infante D. Afonso. Ambos foram casados com a casa real castelhana, e o que se conhece sobre os fatos, dá a entender que o Infante D. Afonso e seu pai tinham problemas de relacionamento. Aparentemente D. Dinis tinha mais afinidade com seus bastardos Afonso Sanches e João Afonso, o que despertou o ciúme, o despeito e o desejo de vingança do Infante D. Afonso.

O correto D. Afonso IV, lançou o país em duas guerras civis, no mínimo, curiosas, considerando que os enfrentamentos se deram contra seu pai e trinta anos depois, contra seu filho.

D. Afonso IV foi o rei que não teve amantes. Casou em criança com Beatriz de Castela, criada na casa de sua mãe com quem teve uma união longa e fértil. D. Afonso IV não teve bastardos, talvez por causa das desavenças com seus próprios irmãos bastardos. Mas foi um rígido legislador e moralizador da sociedade. Durante o longo reinado de D. Afonso IV e D. Beatriz, as senhoras da corte e suas famílias tiveram vetados o acesso a cama do rei como forma de promoção social.

No final de seu reinado, D. Afonso IV foi o “velho pai sisudo”, desagradado dos ardentes amores de seu herdeiro, o Infante D. Pedro com a dama Inês. A intransigência do temperamento do rei e as tais “razões de Estado” que consideraram a ascensão da família da favorita na corte portuguesa, e os riscos à sucessão legítima do trono após a morte do velho rei foram as justificativas dadas ao desfecho trágico que levou ao assassinato de Inês.

O infante D. Pedro tinha temperamento oposto ao de seu velho pai. Expansivo, impulsivo, generoso e colérico, o Infante D. Pedro não foi um filho obediente, como o seu relacionamento com o Inês de Castro deixou claro. Em seu contrato de casamento com D. Constança Manuel havia uma cláusula incluída a pedido do pai da noiva, que vetava que o infante tomasse manceba, a não ser que a noiva se provasse estéril. Apesar da estranha presciência de D. João Manoel que antecipou e tentou evitar um problema comum aos casais reais (o escândalo de Leonor de Gusmão, D. Afonso XI e D. Maria de Portugal estava corrente naquele momento), o Infante D. Pedro não se constrangeu em escolher por amante a aia de sua esposa.

É certo que os amores de Pedro e Inês empalidecem e lançam sombra e esquecimento a quaisquer outras senhoras a quem D. Pedro tenha tido por “amiga”. Após a morte de Inês, D. Pedro teve “amigas com quem dormiu” (LOPES, 2005: 6). Entre elas, a mãe do mestre de Avis, com quem esteve em meados de 1356, visto o nascimento de D. João ter ocorrido em abril de 1357. Desta senhora ficou o nome, D. Teresa Lourenço, que seria, como a antecessora Inês, uma dama galega. Os historiadores debatem a identidade de D. Teresa a partir dos poucos indícios que possuem. Seria ela D. Teresa Gil Lourenço de Andrade ou D. Teresa Lourenço de Almeida, ambas personagens reais que freqüentavam a corte do rei. A resposta não está dada, nem Fernão Lopes, que tanto louvou a mestre de Avis, informou quem seria esta D. Teresa.

Outra dama esteve ao lado deste rei sem rainha, tendo sido citada discretamente por Lopes, e lembrada no testamento de D. Pedro, o que comprova que esteve junto a ele em seus anos finais. Era chamada Beatriz Dias. No testamento foi citada na seqüência dos filhos de D. Pedro, e foi dotada de poder junto do monarca. “*Seguramente vivia de um estrato social popular, mas parte de sua vida esteve ligada ao palácio e ao monarca*”. (LOURENÇO, PEREIRA & TRONI, 2008: 73).

De D. Fernando, o último rei dos Borgonha, sabe-se que era belo, com atributos para ser um bom cavaleiro e “achegado” às mulheres. Quantas, quais, não se sabe. A memória crônica e documental não deixou rastros, a não ser os que nos levam a D. Beatriz de Castro, filha de Inês e meia-irmã do monarca e a D. Leonor Teles de Menezes, sua rainha escolhida. D. Pedro tinha projetado alguns possíveis enlaces para o filho, mas nenhum foi levado adiante. Após a morte do pai, o jovem rei vivia em incestuosa proximidade com sua meia-irmã, que vivia no paço “como rainha”. Aventou-se a

possibilidade de conseguir uma dispensa para casar com ela, o que teria sido inédito numa monarquia européia.

O interesse do rei na meia-irmã, no entanto, não foi forte o suficiente para resistir à presença de Leonor Teles de Meneses. Bastou o rei vê-la para que seus planos mudassem drasticamente de direção. A fidalga Leonor tinha todos os requisitos de uma favorita. Inclusive das mais longevas e influentes tais como D. Maria Pais Ribeira, a castelhana D. Leonor de Gusmão ou mesmo D. Inês de Castro. Era bela, oriunda dos influentes Teles de Meneses, seu tio era o poderoso Conde de Barcelos. Era casada, o que nunca foi empecilho para rei algum tomar uma “manceba”. Enfim, Leonor Teles teria dado uma perfeita favorita.

No entanto, naquele ano de 1372 fazia quase quinze anos que não existia uma rainha no trono português. D. Pedro I abriu precedentes para que a vontade do rei se impusesse ante as necessidades do reino ao se declarar postumamente casado com a amante Inês. De uma rainha póstuma a uma rainha adúltera, o impetuoso D. Fernando deve ter pensado que era homem da mesma cepa de seu pai para impor ao reino seus caprichos.

Desta vez, porém, não funcionou. Talvez D. Fernando não tivesse o carisma do pai. Talvez cometesse muitos equívocos na governança do reino para que pudesse cometê-los impunemente nas escolhas pessoais. O que temos, então, é que D. Fernando casou com sua favorita, fazendo dela rainha de Portugal. E isto, parte da nobreza, liderada por D. Dinis de Castro, e dos populares, mesteirais e comerciantes, não esqueceram nem perdoaram.

Desta forma, traçamos um breve perfil das mulheres que mais próximas estiveram dos reis de Portugal. Ao contrário das rainhas, estas senhoras eram as escolhas feitas pelas simpatias dos monarcas. Eram muito próximas aos homens que o serviam, o que as posicionava nos mais altos estratos da sociedade portuguesa medieval.

Nada impedia, porém, que moças das camadas populares tivessem seus momentos junto ao rei. Serem casadas ou viúvas não era empecilho. Passarem pelo leito real não as desonrava. O casamento com elas após o término do favor real era interessante a muitos nobres, e os filhos tidos com o rei eram incluídos nos mercados de casamento nos círculos da alta nobreza.

Ser favorita do rei trazia benefícios indiscutíveis para as mesmas e suas famílias, o que justifica o bom conselho daquela mãe de dar ao monarca o que este desejasse.

2.5 Conclusões sobre os amores reais.

Retomemos a idéia do interesse amoroso do ser humano ter uma raiz biológica, e que em alguns momentos e grupos históricos este sentimento não era considerado um estímulo para a formação de casais estáveis. Estes eram ligados por vínculos matrimoniais atendendo aos interesses de suas linhagens em terem bens e descendência comum.

Por mais eminente que fosse a posição do indivíduo na pirâmide social a que pertencesse, mais lhe seria cobrado, maiores seriam as pressões para que seu par fosse escolhido atendendo os critérios do grupo.

Desta forma, temos organizado o princípio que vigorou por muitos séculos nas sociedades ocidentais no qual amor e casamento eram esferas diferentes na vida das pessoas. Ou dos homens, pois é necessário lembrar que a expectativa de fidelidade feminina fazia parte das normas, ainda que nem sempre fossem cumpridas. Para os homens, era bem mais acessível esta separação. E os reis, por sua vez, entre a rainha, que lhes era imposta e com a qual por vezes não chegavam a compartilhar vínculos de respeito e apego, e as favoritas que lhes despertavam desejo e captavam a emoção do amor romântico, viviam intensamente esta dualidade sentimental

AS FAVORITAS DOS REIS DA PRIMEIRA DINASTIA PORTUGUESA

D. Afonso Henriques (1143 – 1185)	- D. Chamoá Gomes, filha de Gomes Nunes Soares, ligado à família real - D. Elvira Gualter	Casada com Pais Soares da Maia (três filhos), um filho ilegítimo com o rei
	- Maria Pais Ribeira, a Ribeirinha, filha de Pais Moniz de Ribeira e Cabreira,	

<p>D. Sancho I (1185-1211)</p>	<p>alferes mor do rei</p> <ul style="list-style-type: none"> - D. Maria Aires de Fornelos, nora de outro alferes mor do rei, D. Vasco Fernandes 	<ul style="list-style-type: none"> - dois filhos com o rei
<p>D. Afonso II (1211-1223)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - D. Mor Martins de Riba de Vizela, de importante família da nobreza. Esta senhora foi casada com Pôncio Afonso de Baião - Tereza Martins 	
<p>D. Afonso III (1248 – 1279)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - D. Aldonça Anes da Maia, D. Teresa Mendes de Sousa que foi abadessa no Lorvão - D. Urraca Abril de Lumiães que era viúva de D. João Martins Chora de Riba de Vizela - D. Teresa Fernandes de Seabra - D. Sancha Fernandes Delgadilha - Elvira Esteves (mulher do povo), - D. Marinha Peres de Enxara - Uma moura de que não se sabe o nome teve dois filhos e uma filha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma filha – Leonor Afonso - Um filho – D. Afonso Dinis
	<ul style="list-style-type: none"> - D. Branca Lourenço de Valadares; 	

<p>D. Dinis (1279 – 1325)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - D. Maria Rodrigues de Chacim, neta do seu mordomo mor de (D. Nuno Martins); - D. Aldonça Rodrigues de Telha - D. Gracia Anes - D. Maria Pires; - D. Marinha Gomes, nobre lisboeta 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe de Afonso Sanches -Mãe de D. Pedro, conde de Barcellos - Mãe de D. João Afonso que foi morto a mando do infante D. Afonso - Mãe de D. Maria Afonso
<p>D. Pedro (1357 – 1367)</p>	<ul style="list-style-type: none"> D. Inês de Castro - D. Teresa Lourenço - D. Beatriz Dias 	<ul style="list-style-type: none"> - Quatro Filhos (Afonso, João, Dinis e Beatriz) -Mãe de D. João I, Mestre de Avis

FONTE: A tabela acima foi composta de acordo com as indicações de: **LOURENÇO, Paula** (coord.), PEREIRA, **Ana Cristina** e TRONI, **Joana**. *Amantes dos Reis de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SARAIVA, Antônio José (1988) *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Graal.

LOPES, Fernão (2005) *Crônica do Rei D. Pedro I*, Projeto Gutenberg (www.gutenberg.net)

LOURENÇO, Paula (coord.), PEREIRA, Ana Cristina e TRONI, Joana (2008) *Amantes dos Reis de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.



- BORDIEU, Pierre. (1989) *Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- DUBY, Georges (1989) *Idade Média, Idade dos Homens*, São Paulo, Companhia das Letras.
- DUBY, Georges. (1988) *O Cavaleiro, A Mulher e O Padre*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DUBY, Georges (org.) (1990) *História da Vida Privada - Da Europa Feudal à Renascença*, São Paulo: Companhia das Letras.
- DUBY, Georges e ZUBER, Christiane Klapish (org.) (2004). *História das Mulheres no Ocidente (volume 2)* Lisboa, Afrontamento.
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la.(1859) *Memórias das Rainhas de Portugal: D. Theresa – St. Isabel*, Lisboa: Typographia Universal.
- MATTOSO, José.(org.) (2011) *A História da Vida Privada em Portugal (volume 1)*, Lisboa, Bertrand Livresiros.
- MATTOSO, José (1994) *História de Portugal – A Monarquia Feudal. (volume 2)*, Lisboa, Estampa.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2010) *As Rainhas Medievais de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.